

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.607.187 - RS (2019/0316678-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : SERGIO NUNES DIAS
ADVOGADO : SIDNEY TICIANI E OUTRO(S) - RS033353

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO ANISTIA POLÍTICA DEMISSÃO
INDENIZAÇÃO LEI Nº 10559/2002 DANOS MORAIS PRESCRIÇÃO
DANOS MATERIAIS QUANTIFICAÇÃO CORREÇÃO MONETÁRIA
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 3º, § 2º, e 10 da Lei n. 10.559/02 e do art. 267, VI, do CPC/73 (atual 485, VI, do CPC), no que concerne à ausência de interesse processual, trazendo os seguintes argumentos:

Relativamente ao pleito de indenização por danos materiais, na forma como examinado pelo Juízo a quo, a parte autora é carecedora de ação, por ausência de interesse processual.

É que o reconhecimento da condição de anistiado político, bem como a realização do ressarcimento previsto na Lei nº 10.559/02 devem ocorrer na esfera administrativa, no âmbito do Ministério da Justiça, a teor do art. 3º, § 2º, e do art. 10 da Lei de regência.

[...]

No caso dos autos, a Administração já está promovendo o exame da matéria, consoante se extrai dos documentos relativos ao processo nº 2004.02.47291, especialmente às fls. 321/324, sendo a esfera competente para tanto.

Assim, não há necessidade da intervenção do judiciário a configurar o interesse de agir da parte autora. (fl. 618)

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 3º, 267, VI e 301, X, do CPC/73 (atuais arts. 17, 485, VI, e 337, XI, do CPC), no que concerne à ilegitimidade passiva da União, trazendo os seguintes argumentos:

Superior Tribunal de Justiça

Como ressaltado, o autor busca o pagamento de indenização por danos patrimoniais e morais decorrentes de sua demissão, por justa causa, à época em que trabalhava na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Ora, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT é uma empresa pública federal, criada pelo Decreto-Lei nº 509/69, e, como tal, dotada de personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, patrimônio e gestão financeira próprios, com atribuições funcionais específicas, relacionadas aos serviços postais e telegráficos.

Tendo em vista que o autor jamais manteve qualquer vínculo empregatício com a União, mas sim com a ECT, deveria ter proposto a presente ação em face da referida empresa pública, pois responsável pelo ato que, supostamente, renderia ensejo ao dever de indenizar (demissão do funcionário).

[...]

Por fim, cabe impugnar o posicionamento externado pelo ilustre prolator da sentença recorrida, o qual entende necessária a presença da União no feito porque eventual indenização devida com base na Lei nº 10.559/02 correrá à conta do Tesouro Nacional (art. 3º).

Ocorre que, no caso dos autos, não se está dando cumprimento à Lei nº 10.559/02, pois isto pressupunha o atendimento ao procedimento específico para a concessão da reparação econômica aos anistiados, previsto na Lei nº 10.559/02, a ser realizado na esfera administrativa, no âmbito do Ministério da Justiça.

Ao se judicializar a questão, e ao pretender o autor "indenização por danos morais e materiais", instituto de reparação civil em nada afeto ao benefício da Lei nº 10.559/02, a questão extrapola à Lei nº 10.559/02, e não deve ser imposta ao Tesouro Nacional, sendo certo que a condenação deve ser atribuída à pessoa jurídica responsável pelo suposto evento danoso. (619/620)

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/32, no que concerne à prescrição, trazendo os seguintes argumentos:

Com efeito, ante o princípio da actio nata, constata-se o advento da prescrição, vez que decorrido lapso temporal superior a 20 (vinte) anos entre a data do suposto fato lesivo e a propositura desta ação (somente em julho/2009).

Com efeito, a pretensão do autor encontra-se irremediavelmente atingida pelo lustrum prescricional, visto que os propalado direito à reparação por danos materiais - cogitado pelo demandante - teria surgido com o ato de demissão do trabalhador do quadro funcional da ECT, ocorrida no longínquo ano de 1986. De sorte que, com o escoamento de lapso temporal muito superior ao prazo de cinco anos estabelecido no precitado Decreto nº 20.910/32, evidente restar consumada a prescrição. (fl. 621)

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim

decidiu:

No acórdão embargado, restou consignado que "em face da independência entre os âmbitos administrativo e judicial, não há falar em ausência de interesse de agir por já existir processo administrativo em andamento visando à reparação econômica com base na Lei 10.559/2002".

Como é cediço, a Jurisprudência vem entendendo ser desnecessário o esgotamento da via administrativa para configurar a pretensão resistida. A jurisprudência do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região não destoia de tal entendimento.

[...]

A alegação de ausência de interesse de agir é infundada, igualmente, porque, embora exista um processo administrativo instaurado perante a Comissão de Anistia, a demora na solução do litígio naquela esfera justifica a iniciativa do autor de ingressar em juízo.

Outrossim, no caso dos autos, a pretensão resistida encontra-se devidamente demonstrada por ocasião da apresentação da contestação, uma vez que a defesa ataca o mérito da demanda (evento 2, CONTES/IMPUG11), não havendo como falar em ausência de interesse de agir. (fls. 606/607)

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Afirma a embargante que a pretensão de reparação por danos materiais está prescrita, consoante estabelece o Decreto nº 20.910/32.

É firme na jurisprudência o entendimento no sentido de que são imprescritíveis as ações em que se discute violação a direitos fundamentais da pessoa (direitos de personalidade), decorrente de atos abusivos praticados por agentes repressores do Estado, após a instauração do regime militar em 1964, por motivação político ideológica. (fls. 607/608)

Aplicável, portanto, à primeira e à terceira controvérsias, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, "não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal" (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Quanto à segunda controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal, neste ponto, demanda, inevitavelmente, o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Finalmente, cumpre reforçar não ser cabível recurso especial que alega violação a princípios ou visa discutir violação de norma constitucional. Com efeito, o art. 105, III, “a”, da Constituição Federal, estabeleceu a competência do Superior Tribunal de Justiça para julgar, em recurso especial, as causas cuja decisão recorrida contrarie ou negue vigência apenas a tratado ou lei federal, não incluindo, portanto, os princípios de direito nem normas constitucionais.

Nesse sentido: “O art. 105, III, 'a', da CF, ao dispor acerca da interposição de recurso especial, menciona a ocorrência de violação à lei federal, expressão que não inclui os princípios” (AgInt no AREsp n. 826.592/RS, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 13/6/2017).

E ainda: “Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o

Superior Tribunal de Justiça

exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal” (AgInt nos EREsp n. 1.082.463/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/2/2019).

Confirmam-se os seguintes julgados: AgRg na Rcl n. 10.318/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, DJe de 29/4/2013; e AgRg no AREsp n. 542.160/MG, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 18/11/2014, AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.342.571/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 1º/2/2019; e AgInt no AREsp n. 1.287.630/SC, relator Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente